

## TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

## O projeto de lei que dá mais autonomia às Polícias Militares é adequado?

## Não Por que não querem ser 100% policiais?

Não há lógica que polícias tenham insistente simetria com as Forças Armadas

Raul Jungmann e José Vicente da Silva Filho

Ex-ministro da Reforma Agrária (1996-2002; governo FHC), Defesa e Segurança Pública (2016-18 e 2018; governo Temer)

Coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo, é ex-secretário nacional da Segurança Pública (2002; governo FHC)

“A organização policial deve ser modificada para o exercício efetivo da função preventiva, ao invés de esperar que os fatos se ajustem à sua organização atual.”

DAVID BAYLEY  
ESPECIALISTA EM ESTUDOS POLICIAIS

Polícia alguma tem ou pode ter a autonomia administrativa, financeira e funcional pretendida no projeto de lei orgânica das Polícias Militares.

A sociedade concede ao Estado a exclusividade do uso legal da força através de seu aparato policial que, no limite, pode matar. O controle primário das instituições policiais deve ser exercido pelo governador, através de instrumentos universais como designação de seus responsáveis, promoções estratégicas, parâmetros de organização, condicionantes da gestão financeira, monitoramento da legalidade e ética das ações e da efetividade na prevenção dos crimes. E, com o potencial de crises do setor de segurança pública, que costumam cair no colo dos governadores, intervenções emergenciais, como a troca de comandos, devem fazer parte do arsenal de controle das polícias.

O projeto de lei orgânica, contudo, pretende autonomia ampla, impondo aos governadores lista triplíce para a designação dos comandantes, com status de secretário de Estado, mandato de dois anos e destituição autorizada apenas por “motivo relevante devidamente justificado”.

É necessário que as polícias brasileiras tenham uma lei que regule “a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança

pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”, conforme prevê o parágrafo 7º do artigo 144 da Constituição. Mas, passados 32 anos, nada foi feito, e as Polícias Militares ainda são reguladas, incrivelmente, pelo decreto-lei nº 667, de 1969, auge do governo militar.

Mesmo com as deficiências atuais, ocorreram evoluções significativas nas PMs, principalmente a partir da eleição de governadores em 1982, como a implantação da polícia comunitária, preparo para atuar em crises públicas, maior atenção às demandas sociais por padrões de contenção do uso da força e aos direitos humanos e melhoria em gestão e no desenvolvimento de tecnologias.

Quando os comandantes das PMs iniciaram a preparação do projeto de

[...]

Quando os comandantes das PMs iniciaram a preparação do projeto, esperava-se que produzissem um documento apontando os caminhos de uma polícia para o futuro. Mas não foi o que aconteceu: a palavra ‘policiamento’ aparece três vezes no texto. ‘Polícia’ foi grafada 17 vezes, mas a palavra ‘militar’ aparece em 274 oportunidades

lei orgânica, com entidades representativas e parlamentares oriundos dessas forças, esperava-se que produzissem um documento apontando os caminhos de uma polícia para o futuro, altamente profissional e organizada para produzir o melhor resultado em sua atividade essencial, o policiamento. Mas não foi o que aconteceu: a palavra “policiamento” aparece três vezes nas mais de 11 mil palavras do texto. “Polícia” foi grafada 17 vezes, mas a palavra “militar” aparece em 274 oportunidades — o que mostra não só um claro retrocesso institucional, mas um conflito quanto à definição de sua identidade institucional.

Por um lado, reforçam o militarismo com a referência insistente de simetria às Forças Armadas e até com a extravagante criação de três níveis de generais; por outro, exigem diploma de direito para seus oficiais e salientam que suas funções são atividades jurídicas.

Como assim? Ora, um fundamento elementar das organizações, sejam públicas ou privadas, é que suas estruturas e processos funcionais devem se adequar às suas missões precípuas — e, assim sendo, não há lógica que polícias tenham simetria com o Exército ou a Força Aérea. Com as Polícias Civis reivindicando status de atividade jurídica e policiais militares pretendendo ser mais militares que policiais, quem vai ser policial para valer?

Por que renegam a relevância do papel da polícia na sociedade e o orgulho de serem, pura e simplesmente, policiais, sem tomar carona em outras instituições?

## PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Sala de aula do colégio Rio Branco (SP) em 1º.fev Zanone Fraissat/Folhapress

## Volta às aulas

“Professores da rede estadual de São Paulo aprovam greve contra volta das escolas” (Saúde, 5/2). As pessoas gostam de arriscar as vidas alheias. Educação é um direito, assim como a vida. Quem não conhece uma escola não tem o direito de comentar. O aprendizado pode, deve e será recuperado. A vida não. Qualquer pessoa que não percebe isso é uma genocida em potencial.

Alexandre Fonseca Júnior Matos  
(Niterói, RJ)

\*

A França fechou os bares e abriu as escolas. Na República Corporativa do Brasil, os professores não vão à escola, mas frequentam os bares. Proponho um brinde aos estudantes brasileiros que perderam um tempo de estudo que nunca mais vai ser recuperado. E outro brinde aos políticos de esquerda e de direita que se alimentam do iletramento, da ignorância e da alienação do povo.

Evandro Sada (Brasília, DF)

## CPMF

É uma vergonha que a equipe econômica não resolva as questões pertinentes ao seu ministério e fique pregando a todo momento que quer uma nova CPMF. Assim é fácil encontrar recursos para colocar as contas em ordem; quero ver é fazer o serviço de casa, cortando as despesas. Infelizmente, nessa área, o governo do mito vai de mal a pior, o que exige uma troca urgente do ministro titular.

Reinner Carlos de Oliveira  
(Araçatuba, SP)

## Ivermectina não

“Ivermectina não tem evidência de eficácia contra a Covid-19, diz produtora da droga” (Saúde, 5/2). Mas o gado continuará tomando; e a empresa será tachada de comunista e dirão que está querendo prejudicar o mito.

Antônio Carlos de Paula  
(Mogi Mirim, SP)

\*

Pelo que me contam amigos que moram fora do Brasil e pelos fatos trazidos por veículos sérios de notícias, a discussão sobre essa ivermectina só continua a existir neste buraco chamado Brasil — como bem nos definiu Mariliz Pereira Jorge na coluna “Bia Kicis, vergonha da raça” (Opinião, 4/2). E tal discussão só se mantém por conta de Bolsonaro e de sua tropa de desinformadores.

Daniel Liaz (Curitiba, PR)

\*

Estou aguardando a trupe de ignorantes e a tropa de bolsonaristas para nos darem um parecer sobre mais essa empresa comunista...

Sérgio Queiroz Garcia  
(Coxim, MS)

## Moro e procuradores

A observação feita pelo juiz José Dalai Rocha nesta sexta-feira (5) neste Painel do Leitor, a respeito da divulgação dos diálogos entre o ex-juiz Sérgio Moro e procuradores em Curitiba, mostra o quanto a Justiça no Brasil é conservadora. Embora diga que o juiz não pode ajustar-se com procuradores ou defensores extra-autos, admite, subliminamente, que os fins justificam os meios, ou seja, que conforme a importância do processo se deva fechar os olhos para o comportamento parcial do juiz.

Macer Nery Filho  
(Campinas, SP)

## 2022

Confesso que mesmo sendo uma pessoa de esquerda, não aguento mais Lula insistindo na sua candidatura à Presidência (“Lula indica que Haddad será candidato a presidente caso ele não possa concorrer em 2022”, Mônica Bergamo, 5/2). Irá novamente atrapalhar Fernando Haddad até os 45 minutos do segundo tempo para somente aí sair de cena. Se é para o PT lançar uma candidatura própria, o que eu acho temerário, deveria lançar logo Haddad e começar a costurar uma rede de apoio a essa candidatura.

Antonio Carlos Zava (São Paulo, SP)

\*

É a pior escolha: Haddad não tem força política. Pode ser um bom professor, um bom intelectual, mas não tem perfil para a política e não sabe responder à direita à altura.

Felipe Araújo Braga (Caieiras, Sp)

## Eleição no Congresso

Usando o jargão do boxe, digo que o resultado das eleições para as presidências das duas casas do Congresso foi um verdadeiro nocauté que Jair Bolsonaro deu na oposição. Ou melhor, naquilo que se supunha ser uma oposição — já que, na verdade, ela nunca existiu e ainda não existe. O episódio desnudou o esfacelamento do PSDB e a incoerência da esquerda. Bolsonaro ri de orelha a orelha e não foi por acaso que bradou “nos vemos em 2022”. Não existe democracia sem oposição. A menos de dois anos das eleições, ainda há tempo para construí-la. Tarefa difícil, mas ainda possível.

Luciano Harary (São Paulo, SP)

## Julio Lancellotti e as pedras

Parabenizo a colunista Claudia Costin pelo excelente artigo “O padre e a pedra” (Opinião, 5/2). Padre Julio Lancellotti, mesmo sendo tão perseguido, não esmorece na luta em defesa dos mais necessitados.

Zito Christofolletti (Itu, SP)

## Plásticos

Em relação ao artigo “Um tsunami de plásticos e a luz no fim do túnel” (Tendências / Debates, 4/2), apresentamos dados que contrapõem os números do texto. Segundo o IBGE e o Comex Stat, a produção de plásticos (consumo aparente) no Brasil em 2019 foi de 7,6 milhões de toneladas, não de 11,3 milhões. Sobre o índice de reciclagem, segundo pesquisa realizada pela Consultoria MaxiQuim, publicada na semana passada, o número é de 24%, não de 1,28%.

Miguel Bahiense, presidente da Plastivida, e Paulo Teixeira, diretor-superintendente da Abiplast (São Paulo, SP)

## Carne e desmatamento

Uma pessoa jurídica foi usada para atacar uma pessoa física na Folha (“Há, sim, vínculos entre os maiores frigoríficos e o desmatamento”, Mercado, 4/2). A ONG Global Witness publicou uma réplica apócrifa a um artigo, nesta mesma Folha, em que critiquei o uso enviado de dados obtidos ilegalmente para criar factoides contra a pecuária brasileira (“Global Witness comprova eficiência de frigoríficos contra desmatamento”, Mercado, 22/12). Minha pergunta continua sem resposta: quantas fazendas compunham a análise? É impossível interpretar números sem conhecer o universo da amostra.

Otávio Cançado, sócio-fundador da De Lassus Agribusiness & Consulting Boutique (São Paulo, SP)

## Sim Modernização e eficiência

Nenhuma organização sobrevive à falta de estabilidade de seus dirigentes

Elias Miler da Silva

Coronel da reserva da PM de São Paulo, é advogado e pedagogo; presidente da Defesa PM (Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo em Defesa da Polícia Militar) e diretor legislativo da Feneme (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais)

“Segurança sem liberdade é escravidão, e liberdade sem segurança é um completo caos, incapacidade de fazer nada, planejar nada, nem mesmo sonhar com isso. Então você precisa dos dois.”

ZYGMUNT BAUMAN  
SOCIOLOGO E FILÓSOFO

Agradeço à Folha por este espaço democrático. Dessa forma, a discussão é feita por toda a sociedade, e não somente por pessoas que trazem preconceito ideológico e sem visão técnica, histórica e mundial da sociedade e das instituições policiais, sejam civis ou militares.

As polícias remontam à época do Brasil Império, no século 19, com a chegada de Dom João 6º, em 1808, sob os nomes de Guarda Real de Polícia (Polícia Militar) e a Intendência Geral de Polícia (Polícia Civil). Portanto, são instituições de Estado, e a história delas se confunde com a história do Brasil.

Em 1988, a Constituição atribuiu competências locais e nacionais às polícias, dividindo a competência legislativa entre a União e os estados e o Distrito Federal: a PM no artigo 22, XXI; e a Polícia Civil no artigo 24, XVI. Outras instituições já dispõem de lei nacional, como Judiciário, Ministério Público, Advocacia-Geral da União e Guardas Municipais. E isso não afronta o pacto federativo.

A ausência de uma lei nacional, por mais de 32 anos, traz sérios prejuízos às instituições, aos seus integrantes e, acima de tudo, à sociedade. Cada ente federativo faz a

sua lei, e as polícias ficam à mercê de cada governo e partido político que chega ao poder, deixando de serem instituições de Estado para serem instituições de governo. Já tivemos, por exemplo, estados onde o comandante-geral foi trocado cinco vezes no mesmo ano. É nesse contexto que se discute a organização das polícias e o mandato para os diretores e comandantes, uma vez que nenhuma empresa, privada ou pública, sobrevive à falta de estabilidade de seus dirigentes.

A proposta em discussão no Congresso Nacional, que é o projeto de lei 4.363/2001, já aprovado nas comissões e que está pronto para a pauta do plenário, não foi enviada ao Con-

[...]

A ausência de uma lei nacional, por mais de 32 anos, traz sérios prejuízos às instituições, aos seus integrantes e, acima de tudo, à sociedade. Cada ente federativo faz a sua lei, e as polícias ficam à mercê de cada governo e partido político que chega ao poder, deixando de serem instituições de Estado para serem instituições de governo

gresso pelo governo Jair Bolsonaro, mas sim pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001.

Ao contrário do que alguns afirmam, não se retiram as prerrogativas de escolha e de destituição dos diretores e comandantes pelos governadores estaduais — consolidam, isso sim, esses direitos, que foram retirados em 1969.

Quanto ao posto de general, toda instituição militar do mundo, seja policial ou das Forças Armadas, tem essa função. Basta fazer uma pesquisa na Argentina, no Chile, na Venezuela, na França, na Espanha e em Portugal. O posto de oficial-general nunca foi exclusivo das Forças Armadas — ele foi retirado das Polícias Militares durante o regime militar para subjugar as instituições do Estado ao governo central. A PM paulista já teve três oficiais-generais: Miguel Costa Rodrigues, Julio Marcondes Salgado e Francisco Nascimento Pinto; e, durante o regime militar, foi comandada por um oficial-general do Exército.

Com a nova lei, todos ganham: os policiais, com uma carreira de Estado com meritocracia, direitos e deveres; as instituições, com estabilidade, estrutura e quadros modernos; os governos estaduais, pois terão instituições integradas à sociedade, com legitimidade e efetividade nas ações; e, acima de tudo, a sociedade, pois uma polícia moderna, com excelentes quadros, terá atuação eficiente como primeira garantidora dos direitos e da defesa do cidadão.

# Escolas particulares de SP poderão receber 70% dos alunos nesta segunda

Número vale para cidades na fase amarela; estaduais voltam com 35% e sindicato decreta greve

Artur Rodrigues, Isabela Palhares e Angela Pinho

**SÃO PAULO** Escolas privadas e municipais de São Paulo estão liberadas para ter até 70% dos alunos na sala de aula a partir de segunda (8), após o anúncio de que dez regiões do estado avançarão à fase amarela do Plano SP (leia abaixo).

O governo estadual afirma que, nas escolas estaduais, porém, as aulas iniciarão com apenas 35% da capacidade — a Apeoesp, sindicato dos professores, decretou greve.

Pelo decreto publicado pela Secretaria Estadual de Educação, o retorno dos alunos também passa a ser obrigatório na fase amarela. Nas faixas anteriores, laranja e vermelha, a volta às aulas presenciais era opcional.

Apesar do decreto, a secretaria diz que não irá cobrar a obrigatoriedade de presença dos alunos nas escolas estaduais. No entanto, não informou a partir de quando a regra começará a valer.

Segundo o governo estadual, durante as duas primeiras semanas de aula haverá uma avaliação sobre o aumento de capacidade. Enquanto isso, permanecerão com o percentual reduzido em esquema de rodízio.

“Cada unidade poderá definir como irá realizar o rodízio de alunos e suas atividades presenciais e remotas. A carga horária também poderá ser adaptada para o cumprimento das normas. Por isso é importante que pais, responsáveis ou alunos maiores de 18 anos entrem em contato com a sua escola para saber os dias e horários em que poderão ir presencialmente à uni-



Aula presencial na unidade de Higienópolis do Colégio Rio Branco na última segunda Zanone Fraissat - 1º fev. 21/Folhapress

dade”, diz o governo.

O aumento do percentual de alunos ocorre às vésperas do retorno das aulas presenciais na rede estadual, nesta próxima segunda. O governo optou por manter os 35% de estudantes, já que enfrenta a oposição de pais e professores.

Os docentes da rede estadual decidiram nesta sexta entrar em greve a partir da próxima segunda contra a volta presencial às aulas.

A medida foi aprovada por 91,7% dos votantes na assembleia virtual promovida pela Apeoesp. Participaram da deliberação, segundo a entidade, cerca de 5.000 docentes. A rede estadual tem cerca de 190 mil educadores.

A presidente da Apeoesp,

deputada estadual Professora Bebel (PT), afirma que a greve é em defesa da vida. “Não há condições para um retorno seguro”, diz. “Recebemos a todo momento fotos e vídeos de professores mostrando banheiros quebrados, lixo acumulado, goteiras, álcool em gel vencido. E tudo isso já está causando consequências graves.”

A entidade defende que as escolas só reabram após a vacinação dos profissionais da educação e divulgou 147 casos de infecção por Covid registrados até o momento em escolas com algum tipo de atividade presencial.

Já o governo João Doria (PSDB) afirma que as escolas da rede foram equipadas para dar segurança a alunos e

educadores e argumenta que o retorno presencial é essencial diante das lacunas de aprendizagem e dos problemas de saúde mental decorrentes do ensino remoto.

Em resposta a ação na Justiça que tentou vetar a volta presencial, a Secretaria da Educação afirmou que nenhum caso de transmissão de Covid-19 foi registrado dentro das escolas estaduais que já tinham reaberto para atividades extracurriculares no ano passado.

O Brasil é um dos países com escolas fechadas há mais tempo, segundo levantamento divulgado pela Unesco (braço da ONU para a educação) no final de janeiro. Naquele momento, eram 40 semanas sem aulas presenciais, contra mé-

dia mundial de 22.

Em nota, a Secretaria da Educação disse lamentar que a Apeoesp “se pautou por uma agenda político-partidária completamente desvinculada do compromisso com o aprendizado dos alunos”.

A pasta afirma que tomará medidas judiciais contra a greve e que faltas não justificadas pelos profissionais serão descontadas.

“A retomada das aulas é pautada em medidas de contenção da epidemia, obedecendo aos critérios de segurança estabelecidos pelo Centro de Contingência do Coronavírus, embasada em experiências internacionais e nacionais”, diz a nota. “Estudantes e profissionais com doenças crônicas ou fato-

res de risco devem permanecer em casa, cumprindo atividades remotas.”

A última greve prolongada de professores ocorreu em 2015, quando a categoria parou por três meses por reajuste salarial e acabou voltando ao trabalho após derrota na Justiça. Na ocasião, a Apeoesp chegou a estimar adesão de 75% dos profissionais no auge do movimento, enquanto o governo falou em apenas 5%.

Em levantamento realizado pela Folha naquele ano nas 15 escolas com mais matrículas na capital, a reportagem constatou que, no 53º dia, a paralisação atingia a maior parte dos colégios (12), mas tinha baixa adesão (15%).

Depois disso, houve paralisações menores da categoria, com pautas como a oposição à reforma da Previdência.

A mudança também gerou preocupação em escolas privadas, que iniciaram o ano letivo na última segunda (1º) com um extenso planejamento para receber apenas 35% dos alunos por dia, ainda que tivessem uma demanda de retorno muito maior.

Diretores relatam ter recebido telefonemas e emails ainda nesta sexta de pais cobrando que as escolas passem a receber os alunos por mais tempo. No entanto, os colégios dizem que precisam de ao menos uma semana para organizar a logística necessária para ter mais estudantes nos estabelecimentos.

No caso das escolas municipais, as unidades seguir decretos municipais. Na cidade de São Paulo, por exemplo, as escolas municipais devem manter 35% dos alunos.

De acordo com a Secretaria Municipal da Educação da capital, as Emefis (ensino fundamental) funcionarão em esquema de rodízio. Já as escolas infantis não terão rodízio, com preferência para alunos com idades maiores, irmãos na mesma escola e situação de vulnerabilidade. Os demais terão ensino remoto.

Já as escolas privadas na capital deverão seguir o Plano São Paulo, com 70% da capacidade.